

BIOGRAFIA E GÊNERO: ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS DA RAINHA REGENTE LEONOR TELES, PORTUGAL – SÉC. XIV

Miriam Cabral Coser¹

RESUMO: Os estudos de História das Mulheres e de Gênero há muito recorrem aos perfis biográficos como investigação histórica. Este artigo tem como objetivo discutir a viabilidade desses estudos na área da História Medieval, tomando como exemplo o caso das biografias produzidas sobre a rainha regente portuguesa Leonor Teles (1350-1405). A história de Leonor Teles foi narrada pela primeira vez pelo cronista da dinastia de Avis Fernão Lopes, que tem sido a principal fonte histórica utilizadas pelas biografias de Leonor produzidas por historiadores desde o século XIX. Mas, se parece impossível prescindir da narrativa de Lopes para a composição biográfica de Leonor Teles, faz-se necessário produzir uma análise do texto do cronista sob a perspectiva dos estudos de gênero de forma a contribuir para o enriquecimento da elaboração do perfil biográfico da rainha.

Palavras-chave: biografia, gênero, Idade Média

ABSTRACT: The studies of history of women and gender has worked with biographies for a long time. This article intends to discuss the viability of these studies in researches concerning the Middle Ages, taking as example the portuguese regent quinn Leonor Teles (1350-1405). The history of Leonor Teles was written for the first time by the Avis dynasty cronist Fernão Lopes, which has been the main source for the Leonor's biographies since the nineteenth century. Although it seems impossible to

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO.

write a Leonor's biography without this source, it is extremely important to enrich the biography with an accurate analysis under the gender perspective.

Keywords: biography, gender, Middle Ages

As biografias como viés historiográfico têm trazido grandes contribuições para os campos da História Social e da História Cultural. De caráter diametralmente oposto às biografias históricas tradicionais, centradas essencialmente na exaltação de personagens considerados de relevância histórica e potencialmente exemplares, as novas biografias têm sido produzidas com o intuito de não apenas revelar a singularidade, concretude e também subjetividade de determinadas vidas, mas também possibilitar a melhor compreensão das relações sociais e culturais em que essas vidas estavam inseridas.

Essa orientação tem sido evidente mesmo quando os biografados são personagens históricos consagrados, como o Agostinho de Hipona de Peter Brown (BROWN, 2000) ou o Luís IX de Jacques Le Goff (LE GOFF, 2002). A questão levantada por Le Goff logo de início em seu livro dedicado ao rei francês do século XIII – São Luís existiu? – aponta para o tipo de provocação intelectual que esses trabalhos historiográficos têm produzido. Questiona-se em que medida a concretude de uma vida pode ser alcançada, assim como os mecanismos através dos quais essa vida é representada e se faz representar de diversas formas.

Os estudos de História das Mulheres e de Gênero há muito recorrem aos perfis biográficos como investigação histórica. É fato que, de início, as iniciativas voltadas para a produção de uma História das Mulheres recorreram a padrões biográficos muito semelhantes àqueles utilizados para biografar as vidas de “grandes homens da história”, numa tentativa de preencher a lacuna do reconhecimento das “grandes mulheres da história”. Tratava-se de completar uma história tradicional que havia esquecido das mulheres, biografando vidas de verdadeiras heroínas, muitas vezes apresentadas como “a frente de seu tempo”. O perfil heroico dessas mulheres delineava-se por sua coragem e determinação frente ao domínio masculino ou pelos sofrimentos e martírios sofridos decorrentes desse mesmo domínio. Tal procedimento,

nas palavras de Suely Gomes levava a um “desconfortável modelo analítico sistematicamente antimasculino.” (GOMES, 2013, p. 8). Outro aspecto observado em tais biografias é a homogeneização, levando ao estabelecimentos de padrões comportamentais do feminino, ignorando diversas variáveis e singularidades.

Uma série de questionamentos de cunho teórico e metodológico vieram a produzir uma mudança na produção de biografias no campo da História das Mulheres. Em parte, isso se deveu à aproximação com as reflexões produzidas acerca do conceito de gênero que, desde a formulação paradigmática de Joan Scott (SCOTT, 1986), possibilitaram problematizar os papéis sociais e culturais de homens e mulheres ao longo do tempo. Pensar gênero como uma organização social da diferença sexual, como formulou Scott, levou a uma ênfase maior nas próprias relações sociais baseadas nos sexos, de forma a relativizar oposições absolutas, procurando identificar e entender as formas de interações, complementaridades, ambiguidades e intercessões. Discussões oriundas dos movimentos feministas inseriram, também, a ideia da “diferença dentro da diferença” (SOIHET, 1997) de forma que considerações sobre classe social, etnia, peculiaridades regionais, etc., tornam-se preocupações prementes nesses trabalhos.

Posteriormente, problematizações mais agudas, como as formuladas por Judith Butler, levaram a novas formulações de questões no âmbito dos estudos de gênero. Para a autora, o próprio caráter imutável do sexo é contestável, sendo ele mesmo uma construção cultural assim como o gênero, de forma que a distinção entre gênero e sexo parece ineficaz. (BUTLER, 2003, p. 25).

Tais formulações teóricas refletiram de forma desigual nos estudos de cunho biográfico, especialmente nos relacionados à História das Mulheres. Se por um lado, a questão da “diferença dentro da diferença” parece ter estimulado uma série de biografias de mulheres dentro desta perspectiva, as discussões acerca dos limites entre gênero e sexo não se fazem tão presentes nestas produções.

Inegável, no entanto, é o verdadeiro fascínio que algumas mulheres costumam exercer em cronistas, memorialistas e historiadores. No caso da História Medieval, Leonor da Aquitânia, Hildegarda de Bingen e Christine de Pisan – para não falar de Joana D’Arc – são exemplos de personagens históricas do medievo que intrigaram

pesquisadores por suas articulações políticas, redes de influências e desenvoltura intelectual.

A rainha e regente portuguesa Leonor Teles faz, sem dúvida, parte desse rol de personagens. Leonor, nascida provavelmente no Trás-os-Montes por volta de 1350, pertencia a uma poderosa família da nobreza portuguesa, cuja genealogia remontava a reis de Leão e Galiza e de Portugal (uma de suas avós era filha bastarda de D. Sancho I). Tinha vinte e dois anos quando chegou à corte do rei D. Fernando para visitar sua irmã. O fato de Leonor ser casada e ter um filho não impediu que o rei se enamorasse dela. O casamento “a furto”, mais tarde tornado público, reverteu outras possibilidades de acordos matrimoniais com os reinos vizinhos.

O casal teve apenas uma filha, Beatriz, num período bastante conturbado da história de Portugal, no qual o reino se envolveu em várias guerras com Castela, sem obter resultados proveitosos. A morte de D. Fernando levou à regência de Leonor Teles, tal como determinado no Tratado de Salvaterra dos Magos, de acordo com a vontade do rei. A regente deveria comandar o reino até que sua filha, a essa altura já casada com o rei de Castela, tivesse um herdeiro para o trono português. Os desdobramentos seguintes resultaram na chamada Revolução de Avis (1383-1385), com o estabelecimento de uma nova dinastia em Portugal, tendo como rei D. João I, o Mestre de Avis. Leonor, que recusou um pedido de casamento do próprio Mestre de Avis, da mesma forma que negou-se a se submeter ao rei castelhano, foi deposta e presa no Mosteiro de Tordesilhas, morrendo posteriormente por volta de 1405.

A história de Leonor Teles foi escrita pela primeira vez pelo cronista oficial da Dinastia de Avis, Fernão Lopes (1380-1460), ao longo da *Crônica de D. Fernando* e da *Crônica de D. João I*. O perfil de Leonor traçado por Lopes é de uma mulher extremamente bela, falante, poderosa e, por isso mesmo, nada confiável.

A rainha Leonor Teles descrita por Fernão Lopes é a própria Eva. A beleza superficial do rosto, gesto e fala não passam de dissimulação, fingimento. Em outro trabalho procurei demonstrar como Leonor, que era de uma família de uma das províncias mais antigas de Portugal, o Trás os Montes, aparece na narrativa de Lopes claramente identificada com as mulheres castelhanas consideradas inimigas dos portugueses. Uma comparação do perfil traçado por Lopes de Leonor em relação ao perfil das principais personagens castelhanas presentes nas crônicas deixa clara essa

correlação: Leonor tem a coragem da rainha Joana de Castela, a “vontade feminina” de Inês Afonso, o “desejo de vingança” e ódio da condessa castelhana que persegue Nuno Álvares (que era o braço direito do rei português), a capacidade de sedução da nobre Beatriz de Castro e a habilidade política traiçoeira da rainha regente de Castela, Catarina.

Fica claro no texto de Lopes que o autor segue determinados padrões de perfis femininos e os emprega de forma a diferenciar portuguesas e castelhanas, inserindo, assim, Leonor na categoria das castelhanas e, portanto, traidoras.

Essa opção de construção de modelos femininos em consonância com o projeto de poder da Dinastia de Avis é perfeitamente compreensível na conjuntura política portuguesa da passagem do século XIV para o XV. Entretanto, o que parece mais notável ao estudarmos Fernão Lopes é justamente a eficácia que seu discurso obteve na produção historiográfica posterior, com impressionante persistência até a atualidade.

A historiografia portuguesa por muito tempo permaneceu presa à versão lopesiana da Revolução de Avis e Leonor acabou se tornando o que foi para a historiografia brasileira o “traidor” Joaquim Silvério dos Reis na Inconfidência Mineira.

No final do século XIX, o historiador português Francisco da Fonseca Benevides publica um livro de biografias das rainhas portuguesas, dedicando um capítulo a Leonor Teles. Essa produção historiográfica segue a tradição dita positivista e traz o seguinte subtítulo: “Estudo histórico com muitos documentos”. De fato, o livro traz uma compilação documental consistente, mas isso não impede que o texto tenha um caráter extremamente opinativo. Benevides levanta uma vasta documentação relativa a Leonor: cartas, bulas, tratado de casamento, livros de chancelaria e, fundamentalmente, a *Crônica de D. Fernando* escrita por Fernão Lopes.

A descrição física e moral de Leonor elaborada por Benevides segue muito de perto a de Fernão Lopes, sem citação direta:

”Possuía Leonor Teles de Menezes beleza não vulgar, olhares sedutores, fisionomia expressiva e enérgica. Era, porém, dotada de uma ambição desmedida, não recuando perante coisa alguma, nem se atemorizando com a perpetração de qualquer crime para chegar aos seus fins” (BENEVIDES, 2009, p. 207).

A ambição de Leonor é um dos traços mais ressaltados pelo cronista e encampados no discurso historiográfico de Benevides. A rainha recusa-se a abrir mão da regência de Portugal, legalmente estabelecida pelo Tratado de Salvaterra como dito anteriormente. Nega-se, segundo o cronista, a associar-se ao Mestre de Avis, que se tornaria o primeiro rei da nova dinastia, e também ao rei de Castela, que reivindicava o trono por ser casado com Beatriz, filha de D. Fernando e Leonor. O propósito da rainha de permanecer regente é interpretado como ambição desmedida pelo cronista. Mais especificamente, fruto da “vontade feminina”. O perigo da vontade feminina é central no texto de Lopes:

“E por tanto a Rainha dona Lionor peer voomtade feminina que geerallmente he muito desejador de vimgamça, desi husando dhuu gramdioso coração de que natureza lhe nom fora escassa, nehuaa cousa por estomçe a seu emtemdimento era mais rrepresentada, que cuidar ameude todollos modos, per que do Meestre podesse aver comprida ememda” (LOPES, 1945, p. 44).

Na mesma passagem, o cronista salienta o “coração”, ou seja, a coragem de Leonor. Se por um lado, Lopes insiste ao longo de sua narrativa no modelo feminino cristão de Eva, com sua beleza sedutora e dissimulação traiçoeira, por outro, equipara Leonor aos cavaleiros mais corajosos e realizadores de grandes façanhas. O cronista afirma: “Foi molher mui emteira e de coração cavalleiroso, buscador de maravilhosas artes, por firmeza de seu estado”. (LOPES, 1945, p.23).

A coragem de Leonor parece causar estranheza no cronista. Mas não é este o aspecto que será recorrente na historiografia subsequente e sim o da sua ambição, como fica claro na conclusão de Benevides:

“Foi a rainha D. Leonor Teles de Meneses mulher de grande beleza e de uma perversidade extremamente egoísta. (...) Elevada à alta posição que ambicionava, rainha de nome e de facto, regente por algum tempo, tudo sacrificou ao seu egoísmo” (BENEVIDES, 2009, p.226).

A caracterização de Leonor como astuta, ambiciosa e perversa foi um legado de Fernão Lopes à historiografia portuguesa. Na década de 1960, lia-se no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão:

“Ambiciosa e perversa, de tal forma conseguiu insinuar-se no âmbito de D. Fernando – quando das suas estadas no Paço, a pretexto de visitar sua irmã – que o rei Formoso, indiferente a todos os conselhos e subestimando altos interesses nacionais, resolveu unir-se a Leonor Teles” (SERRÃO, 1965, p.706).

As supostas traições de Leonor, que seria amante do conde Andeiro, também são uma permanência da historiografia inaugurada por Lopes. A História de Portugal, dirigida por José Mattoso na década de 1990, explicava da seguinte forma a Revolução de Avis:

“Nada havia contra a pequenina Beatriz, de resto ‘expatriada’, mas muito contra o marido dela e contra Leonor Teles, a quem chamavam a Aleivosa. Sobretudo o povo. Mas não só. Também fidalgos, os quais procuravam, a coberto de uma fidelidade póstuma a D. Fernando, ultrajado em sua honra viril, ressarcir-se no conde Andeiro e afastá-lo” (MATTOSO, 1992, p. 494).

É interessante notar que não há registros da infidelidade de Leonor em outras fontes, como nas crônicas de Pero Lopes de Ayala, por exemplo. O próprio Fernão Lopes, não se responsabiliza pela informação: “(...) ell [o rei] tempo avia que nom dormia com ella, e ella paria e emprenhava, e porem diziam todos que taaes filhos nom eram d’el-rrei.” (LOPES, 1975, p.591). Reside aí, provavelmente, a eficácia da narrativa de Lopes. O cronista declara seu compromisso com a verdade e, em diversas passagens, apresenta mais de uma versão para um determinado fato, mesmo que sutilmente leve o leitor para uma determinada linha de interpretação. A referência a documentos que tinha acesso - uma vez que, além de cronista oficial do reino, Lopes era também guardião da Torre do Tombo, sendo responsável pela conservação da documentação real – traz ainda maior legitimidade para o texto lopesiano. A indicação e, em alguns casos, a transcrição de tratados, cartas, bulas, etc., são a garantia do autor da veracidade de sua narrativa. Entretanto, em casos como o da suposta infidelidade de Leonor, quando não seria possível arrolar fontes escritas da época, o

autor recorre a expressões como “diziam todos” ou “segundo os ditos dos entendidos”.

Além do grande poder de convencimento da narrativa de Lopes, a escassez das fontes é um fator que dificulta muito a tarefa daqueles que se dedicam à produção de uma biografia de Leonor Teles. Francisco da Fonseca Benevides reuniu grande parte das fontes documentais a seu alcance. Dois aspectos trazidos por tais fontes dão a dimensão do poder conquistado por Leonor em Portugal. Em primeiro lugar, o fato de Leonor ter sido a primeira rainha em Portugal a produzir documentos de que constam a sua assinatura e selo que foram conservados. Assinava “Dona Leonor pela graça de Santa Maria Rainha de Portugal e do Algarve”, em paralelo celeste à assinatura do rei, que assinava “pela graça de Deus”.

Outro aspecto importante é a extensão de seu domínio sobre as terras recebidas do rei. A carta de dote e arras que consta dos livros de Chancelaria de D. Fernando estabelece a doação de diversas vilas e terras. No caso da Vila Real de Trás-os-Montes, Leonor recebe as terras “com todo senhorio, rendimentos e tributos, jurisdição civil e criminal, mero e misto império, alto e baixo senhorios, e todos os direitos temporais e espirituais, com independência completa do senhorio e jurisdição real.” (BENEVIDES, 2009, p. 210). Isto significava o poder da pena de morte, independente da aquiescência do rei. Tal direito só havia sido dado a Beatriz de Castela, mas logo revogado por seu marido D. Afonso IV.

A documentação relativa às doações e casamentos promovidos pela rainha também permitem o vislumbre da influência e articulação política de Leonor Teles, que procurou o apoio de parcelas da aristocracia portuguesa, especialmente os Teles de Meneses. Entretanto, em seu conjunto, a documentação é restrita, como atestam os historiadores que vem trabalhando atualmente com os perfis biográficos das rainhas portuguesas do medievo.

Mais recentemente, em 2010, foi publicado o livro *Rainhas Medievais de Portugal* de Ana Rodrigues Oliveira. O livro é uma versão do século XXI da mesma proposta executada por Benevides no século XIX. De certa forma, Benevides foi um pioneiro da História das Mulheres (sem sabe-lo, é claro), como Michelet na França com a sua *História de Joana D’Arc*. Em ambos os casos, entretanto, pode-se afirmar que seria uma História das Mulheres nos moldes dos Grandes Homens da História.

Ana Rodrigues Oliveira, por seu turno, apresenta seu trabalho nos seguintes termos:

“O objetivo de dar a conhecer, embora de uma forma sucinta e genérica, as rainhas das quais se tecem estes esboços biográficos, as suas alegrias e tristezas, o seu sentir e agir como rainha, mas também como mulher, esposa e mãe é um objetivo ao qual dificilmente se pode dar resposta”. (OLIVEIRA, 2010, p. 15).

A proposta procura uma aproximação com a História Cultural, especialmente com relação ao estudo das subjetividades e sensibilidades, mas reconhece a escassez das fontes e a importância, nesse sentido, dos silêncios e das omissões, pois, como a autora afirma, “a documentação coeva é esparsa e lacônica” (OLIVEIRA, 2010, p.15). De fato, Fernão Lopes continua sendo a fonte mais utilizada em tais perfis biográficos, especialmente no que concerne Leonor Teles.

Certamente, observamos um tratamento diferente da fonte, se compararmos com os exemplos anteriores. Ana Rodrigues Oliveira procura deixar claro quais as informações que partem do texto de Lopes, recorrendo a citações diretas e tece uma série de considerações críticas com relação ao relato do cronista. Entretanto, algumas vezes o seu texto parece ser levado pelo do cronista medieval e as citações parecem corroborar o perfil biográfico que a autora quer traçar de Leonor. A recorrência a outros historiadores contemporâneos que foram fortemente influenciados por Lopes pode dar a mesma impressão ao leitor. A citação de Oliveira Martins a seguir é utilizada pela autora para explicar a rede de influências promovida pela rainha: “[Leonor] queria congregar toda a gente, insinuar-se, seduzir, conquistar, coleando, com sua ductilidade de cobra, para envolver os renitentes, como envolvera e manietara o rei D. Fernando, cativo de amor a seus pés” (MARTINS, 1984, p.32 apud OLIVEIRA, 2010, p. 319). Fica claro que o próprio vocabulário de Oliveira Martins é lopesiano: insinuar, seduzir, envolver são verbos utilizados por Lopes para caracterizar as ações de Leonor.

Mas Ana Rodrigues Oliveira cita também Oliveira Marques que deixa muito claro o motivo da parcialidade das crônicas de Lopes: “Convinha justificar por escrito, às novas gerações e aos vindouros, a revolução de 1383-85 e o ato de força que pusera o mestre de Avis no trono. Para isso, era preciso denegrir certas figuras (caso de

Leonor Teles) e exaltar outras (...).” (OLIVEIRA MARQUES, 1987, p.523 apud OLIVEIRA, 2010, p. 358). Assim, conclui a autora: “Quanto a nós, Leonor foi mais uma vítima de seu tempo (...).” (OLIVEIRA, 2010, p.360). Vítima das disputas dinásticas, dos modelos de virtude vigentes, da transposição para o mundo laico da dualidade Eva/Maria e sobretudo vítima de uma escrita de caráter masculino, elaborada por um cronista pago para exaltar a nova dinastia.

O livro de Ana Rodrigues Oliveira traça o perfil biográfico de dezessete mulheres, dentre as quais está Leonor Teles. Uma preocupação premente da autora é o fato das crônicas medievais essenciais para essa tarefa terem sido escritas por homens, sendo que alguns clérigos, e em sua maioria afastados do universo feminino. Entretanto, não há uma opção por um estudo das relações de gênero nas composições biográficas.

Resta-nos perguntar se é possível tal abordagem teórica e metodológica na elaboração dos perfis biográficos de mulheres do medievo e, em especial, no caso de Leonor Teles. Em que medida as fontes disponíveis permitem a elaboração de biografias que lancem luz sobre as relações de gênero na Idade Média e as construções sociais das feminilidades e masculinidades em suas oposições, interações e complementaridades? Seriam as biografias material útil para a compreensão das relações de poder e do papel exercido pelas relações de gênero no exercício do poder no medievo?

Uma pista importante é o fato de que as duas únicas rainhas medievais portuguesas que exerceram a regência do reino, Leonor Teles e Leonor de Aragão, foram depostas. Mas as duas rainhas foram colocados a cargo do reino por desejo expresso de seus maridos. O mesmo universo político que legitima a regência feminina o elimina na prática.

No caso de Leonor Teles parece impossível prescindir da narrativa de Fernão Lopes para sua composição biográfica. Entretanto, a análise do texto de Lopes sob a perspectiva dos estudos de gênero pode contribuir para o enriquecimento da elaboração biográfica da rainha e a aproximação das complexas relações de poder nas quais, sem dúvida, as mulheres estavam inseridas na passagem dos séculos XIV para o XV em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal. Estudo Histórico com Muitos Documentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

BORN, Claudia. *Gender, life courses and biography: methodological challenges and empirical results*. *Sociologias*, n. 5, p. 240-265, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Ed.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BROWN, Peter. *Santo Agostinho: uma bibliografia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DEL PRIORE, Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

BUTELR, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, Suely Gomes. *Gêneros, biografia e história*. *Revista Gênero*, v. 3, n. 2, 2012.

LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. São Paulo: Record, 2002.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I. v.1*. Prefácio de Antônio Sérgio. Porto: Civilização, 1945.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Edição crítica por Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1975.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MALATIAN, Tereza Maria. *A biografia e a História*. *Cadernos Cedem*, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2011.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique R. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *O Príncipe Perfeito*. Lisboa: Guimarães & Cia, 1984.

MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1992.

PINHEIRO, Magda. *A biografia em Portugal--uma agenda*. *Ler História*, n. 50, 2006.

SCOTT, Joan W. *Gender: a useful category of historical analysis*. The American historical review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SOIHET, Rachel. História das mulheres in: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; MEDEIROS, Márcia Maria de. *Biografia e Gênero: repensando o feminino*. Revista de História Regional, v. 9, n. 1, 2007.